



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

**SIMULADO**

**JUIZ DO TJPE**

# 1º Simulado Especial

## 1º Simulado Juiz TJPE

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJPE;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJPE-09-08-20>**

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E  |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E  |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E  |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E  |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E  |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E  |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E  |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E  |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E  |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E  |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E  |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E  |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E  |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E  |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E  |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E  |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E  |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E  |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E  |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**01.** Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é INCORRETO afirmar que:

- a) quando o casamento for realizado no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- b) quando a sucessão incidir sobre bens de estrangeiro residente, em vida, fora do Brasil, será aplicada a lei do país de domicílio do defunto, quando esta for mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros, mesmo que todos os bens estejam localizados no Brasil.
- c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga, mas modifica a lei anterior.
- d) tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.
- e) as correções a texto de lei já em vigor serão consideradas lei nova.

**02.** Assinale a alternativa correta:

- a) a emancipação legal depende de registro em cartório cível;
- b) a emancipação é passível de retratação e revogação a qualquer tempo;
- c) a emancipação voluntária não afasta a responsabilidade dos pais por eventuais danos causados pelo filho emancipado;
- d) o menor de dezesseis anos pode ser emancipado em razão do casamento;
- e) a emancipação em razão do casamento não depende de registro em cartório cível.

**03.** O ente de fiscalização do exercício profissional é pessoa jurídica:

- a) de direito público interno;
- b) de direito público externo;
- c) de direito privado;
- d) de direito público com estrutura de direito privado;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

**04.** O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes;
- e) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

**05.** Dentre as opções abaixo, a única que não representa um direito real é:

- a) o usufruto;
- b) a concessão de direito real de uso;
- c) a concessão de uso especial para fins de estabelecimento de comércio;
- d) a laje;
- e) o direito do promitente comprador do imóvel.

**06.** O prazo para o pedido de reembolso de despesas médico-hospitalares em contratos de plano e seguro de saúde é de:

- a) um ano;
- b) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento particular;
- c) três anos, pois trata de reparação civil;
- d) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento público;
- e) dez anos.

**07.** São elementos necessários para a configuração da responsabilidade civil objetiva:

- a) o dano, apenas.
- b) o nexo causal, a culpa e o ato ilícito.
- c) o fato jurídico, a ilicitude e o nexo de causalidade.
- d) o ato ilícito, o dano, o nexo de causalidade e a culpa.
- e) o dano, o ato ilícito e o nexo causal.

**08.** Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis;
- b) em se tratando de morto, terá legitimação para exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos ao cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau;
- c) é defeso o ato de disposição do próprio corpo em qualquer hipótese;
- d) o uso da imagem de torcedor inserido no contexto de uma torcida não induz a reparação por danos morais quando não configurada a projeção, a identificação e a individualização da pessoa nela representada;
- e) sem autorização, não se pode usar a imagem alheia em propaganda comercial, ainda que a pessoa esteja inserida em uma multidão.

**09.** Há três tipos de testamentos ordinários previstos no Código Civil: o público, o cerrado e o particular. Em relação ao testamento público, é requisito essencial:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, não podendo conter notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) que o auto de aprovação seja assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador;
- e) que o testador declare que aquele é o seu testamento e quer que seja aprovado

**10.** Marcos e Paula são casados há trinta anos, mas estão há separados de fato por dezoito anos, sequer sendo reconhecidos como um casal pelas pessoas que os conhecem. Em razão do afastamento, desde o primeiro dos dezoito anos separados de fato, Marcos voltou a morar com sua mãe, deixando Paula na casa que antes pertencia ao casal.

Apesar de nunca terem concretizado o divórcio por meio de ato judicial ou extrajudicial, pode-se afirmar, com base no entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que:

- a) o divórcio apenas poderá ocorrer por decisão judicial;
- b) o divórcio apenas poderá ocorrer por ato extrajudicial;
- c) para que o divórcio ocorra, é necessária a prévia separação;
- d) não corre prescrição, em sua forma aquisitiva, entre Marcos e Paula, não contabilizando prazo para que Paula adquira o imóvel por usucapião;
- e) a separação de fato por longo período, como é o caso de Marcos e Paula, afasta a regra de impedimento da fluência da prescrição entre cônjuges prevista no Código Civil e viabiliza a efetivação da prescrição aquisitiva por usucapião em benefício de Paula.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Eduardo Calvert

**11.** Sobre a jurisdição e o modelo processual civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Jurisdição pode ser definida como função do Estado, destinada à solução imperativa de conflitos e exercida mediante a atuação da vontade do direito em casos concretos e é exercida de forma não exclusiva pelos órgãos do Poder Judiciário.
- b) Jurisdição e competência são conceitos que não se confundem. A competência é a quantidade de jurisdição entregue ao exercício de cada juiz ou tribunal; assim, um juiz que atue numa vara especializada criminal não detém jurisdição sobre assuntos de natureza civil.
- c) A jurisdição também é exercida pelos árbitros, nos limites da lei de regência do procedimento arbitral, limitando-se, no entanto, ao processo de conhecimento e à execução das medidas de urgência, jamais se projetando sobre a execução.

d) Muito embora o conceito de jurisdição seja classicamente associado a um escopo jurídico, relativo à atuação da vontade concreta da lei, é possível enxergar outras finalidades no exercício da jurisdição, dentre elas o chamado escopo social, que pode ser traduzido na necessidade de redistribuição de riquezas por meio da jurisdição.

e) O processo civil brasileiro adota as condições da ação como pressupostos de admissibilidade do julgamento de mérito. Atualmente o Código de Processo Civil não se refere expressamente a respeito desta categoria no modelo de processo adotado, mas mantém como pressupostos do julgamento de mérito a legitimidade das partes, o interesse processual e a possibilidade jurídica do pedido.

**12.** Sobre as normas fundamentais do processo civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

a) A regra segundo a qual o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição Federal tem relação com o pós-positivismo e o reconhecimento da força normativa das disposições constitucionais.

b) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial. Esta disposição legal relaciona-se com o princípio da inafastabilidade da jurisdição.

c) O Estado promoverá, de forma obrigatória, a solução consensual dos conflitos.

d) A disposição legal do Código de Processo Civil que veda ao juiz a prolação das chamadas “decisões-surpresa” impede que o juiz, ao proferir sentença, se utilize de interpretação jurídica dos fatos diferente daquela proposta pelas partes em suas manifestações.

e) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de ineficácia.

**13.** Nos autos de processo de natureza condenatória proposto por instituição de ensino, houve liminarmente a concessão de tutela de urgência de natureza cautelar, consistente no arresto de bens do réu, diante do risco ao resultado útil do processo

representado pela dilapidação do patrimônio do réu. Durante a audiência de instrução e julgamento, o advogado do réu tomou conhecimento do fato de que o juiz é professor da instituição de ensino autora, mantendo com ela contrato de prestação de serviços. Sobre essa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

a) A tutela de urgência de natureza cautelar não poderia ser deferida liminarmente nos próprios autos da demanda principal.

b) Por se tratar de hipótese de suspeição do magistrado, o réu não poderá mais argui-la no processo, uma vez que deixou de fazê-lo em sede de contestação.

c) Por se tratar de hipótese de impedimento do magistrado, deverá o réu alegar o impedimento por meio de incidente proposto no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, diretamente perante o Tribunal de Justiça.

d) Inexiste, na situação, hipótese de suspeição ou de impedimento do magistrado.

e) Caso o deferimento da tutela de urgência tenha ocorrido ao tempo em que o juiz já mantinha relação contratual com a instituição de ensino, a decisão será nula.

**14.** Gabriel propôs ação contra Renato pedindo a rescisão de contrato de locação em decorrência de inadimplemento e o despejo de Renato de imóvel do qual este é locatário. Considerando-se que Antônio é sublocatário do imóvel, assinale a alternativa correta:

a) Por ser hipótese de litisconsórcio necessário, Gabriel deverá promover a citação de Antônio, sob pena de extinção do processo.

b) A sentença eventualmente prolatada sem a integração de Antônio ao processo será nula.

c) Antônio deverá ser cientificado do pedido e poderá intervir no processo na qualidade de assistente simples.

d) Antônio deverá ser cientificado do pedido e poderá intervir no processo na qualidade de assistente litisconsorcial.

e) A intervenção de Antônio no processo impede que Renato reconheça a procedência do pedido.

15. Em relação à sentença e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Após a publicação da sentença pela imprensa oficial, o juiz só poderá alterá-la para corrigir-lhe inexatidões materiais ou erros de cálculo ou por meio de embargos de declaração.
- b) O juiz poderá conhecer de ofício fato posterior à propositura da demanda constitutivo, modificativo ou extintivo do direito que influir no julgamento de mérito e tomá-lo em consideração no momento de proferir a decisão.
- c) A decisão do juiz deve ser certa, não sendo admitida a solução de relação jurídica condicional.
- d) A sentença de natureza condenatória, relativa a obrigação de pagar, de fazer ou de não fazer, vale como título constitutivo de hipoteca judiciária.
- e) A sentença não sujeita a recurso dotado de efeito suspensivo, que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.

16. Sobre as regras de competência interna previstas no Código de Processo Civil e de acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, inclusive quando houver alteração da competência absoluta.
- b) Tramitando ação de recuperação judicial, falência, insolvência civil ou acidente do trabalho perante o juízo estadual, se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, o juiz não remeterá o processo ao juízo federal.

c) Uma vez remetido o processo ao juízo federal em razão da intervenção da União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, o juízo federal não poderá restituir os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal for excluído do processo.

d) Tramitando o processo perante o juízo estadual, se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, os autos serão remetidos ao juízo federal competente mesmo se houver pedido cuja apreciação seja de competência do juízo perante o qual foi proposta a ação.

e) Tramitando o processo perante o juízo estadual, se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, antes de remeter os autos ao juízo federal competente o juiz estadual deverá decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença de qualquer destes entes no processo.

17. Tício se envolveu em acidente de trânsito com Caio, advindo danos materiais deste evento. Caio detém apólice vigente de seguro de responsabilidade civil. Nesta situação

- a) Existe hipótese de litisconsórcio facultativo passivo, de modo que Tício pode optar por promover demanda condenatória contra Caio, exclusivamente, contra a seguradora, exclusivamente, ou contra ambos.
- b) Tício não pode promover demanda contra a seguradora diretamente.
- c) Caio poderá promover a denúncia da lide à seguradora na hipótese de ser acionado exclusivamente por Tício. Neste caso, Tício será condenado ao pagamento de ônus sucumbenciais em relação à demanda principal e à demanda de regresso caso a ação principal seja julgada improcedente.

d) Caio poderá promover a denunciação da lide à seguradora na hipótese de ser acionado exclusivamente por Tício. Neste caso, a denunciada deve limitar a sua defesa à ação regressiva.

e) Caio poderá promover a denunciação da lide à seguradora na hipótese de ser acionado exclusivamente por Tício. Neste caso, se for julgado procedente o pedido da ação principal, pode Tício, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra a denunciada, nos limites da condenação desta na ação regressiva.

**18.** Erasmo propôs demanda contra Roberto, por meio da qual pede a condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos morais e materiais advindos de acidente de trânsito ocorrido exatamente 10 meses anteriormente à distribuição da demanda. Em relação aos danos materiais, Erasmo pediu a condenação do réu ao pagamento de R\$ 10 mil a título de danos emergentes, além do pagamento de lucros cessantes em razão da impossibilidade de trabalhar que adveio ao autor em decorrência do acidente, no montante de R\$ 1 mil por mês, desde a data do acidente até o fim da convalescença; em relação aos danos morais, Erasmo pediu o arbitramento da indenização em R\$ 100 mil. Diante desta situação hipotética, assinale a alternativa correta, considerando que os valores estão atualizados até a data da distribuição:

a) Se Erasmo deu à causa o valor de R\$ 122 mil, eventual impugnação ofertada por Roberto deverá ser rejeitada pelo juiz.

b) Roberto poderá impugnar o valor da causa por meio de preliminar em contestação, sob pena de preclusão. O juiz não poderá conhecer de ofício a incorreção do valor dado à causa.

c) Roberto poderá impugnar o valor da causa por meio de preliminar em contestação, sob pena de preclusão. O juiz poderá conhecer de ofício a incorreção do valor dado à causa, desde que o faça antes da apresentação da contestação.

d) Se Erasmo deu à causa o valor de R\$ 132 mil, eventual impugnação ofertada por Roberto deverá ser rejeitada pelo juiz.

e) Roberto poderá impugnar o valor da causa por meio de petição autônoma, sob pena de preclusão. O juiz poderá conhecer de ofício a incorreção do valor dado à causa a qualquer tempo.

**19.** Em relação aos procedimentos judiciais previstos da Lei 8.245/1991, assinale a alternativa correta:

a) Os processos tramitam durante as férias forenses e não se suspendem pela superveniência delas.

b) O foro do lugar da situação do imóvel detém competência absoluta para conhecer e julgar tais ações.

c) O valor da causa corresponderá à somatória dos alugueis vencidos e dos alugueis vincendos.

d) Os recursos interpostos contra a sentença detêm, em regra, efeito suspensivo.

e) As citações e intimações judiciais se realizarão sempre pessoalmente.

**20.** Em processo que tramita pelo procedimento comum e veicula pedido de natureza condenatória, o juiz proferiu decisão de saneamento e organização do processo por meio da qual rejeitou preliminar de incompetência relativa do juízo arguida pelo réu; rejeitou preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo réu; afastou a alegação de prescrição da pretensão do autor feita pelo réu; determinou a produção de prova pericial requerida pelo réu; e rejeitou o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade formulado pelo réu. Diante desta hipótese concreta, das disposições do Código de Processo Civil e do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) A decisão será passível de agravo de instrumento em relação a todas as matérias decididas. Isso porque, à luz do princípio da unirrecorribilidade, a análise do Tribunal deve ser realizada uma única vez sobre o teor da decisão.

b) É cabível agravo de instrumento em relação à decisão sobre a competência do juízo, mas não é cabível contra a decisão que afastou a alegação de prescrição da pretensão do autor.

- c) É cabível agravo de instrumento em relação à rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva, mas não é cabível contra a decisão que determinou a produção de prova pericial.
- d) É cabível agravo de instrumento em relação à decisão sobre a competência do juízo, mas não é cabível em relação à rejeição da preliminar de ilegitimidade.
- e) É cabível agravo de instrumento em relação à decisão sobre a prescrição da pretensão do autor, mas não é cabível em relação ao indeferimento da gratuidade.

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

Igor Maciel

**21.** De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, acerca da responsabilidade, é correto afirmar:

- a) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, exceto no caso de informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- b) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- c) O comerciante apenas não será responsabilizado se o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.
- d) Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.
- e) O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar que não colocou o produto no mercado.

**22.** Segundo o Código de Defesa do Consumidor, é abusiva a publicidade que:

- a) deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- b) despreze valores ambientais.
- c) é inteira ou parcialmente falsa.
- d) induz em erro o consumidor a respeito do preço.
- e) é veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

**23.** À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) É devida a cobertura, pela operadora de plano de saúde, do procedimento de criopreservação de óvulos de paciente fértil, em qualquer caso, como medida preventiva à infertilidade.
- b) As indenizações por danos morais decorrentes de extravio de bagagem e de atraso de voo internacional estão submetidas à tarifaçã prevista na Convenção de Montreal.
- c) Na hipótese de responsabilidade civil de médicos pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá o prazo previsto na Lei n. 9.494/1997, segundo o qual prescreverá em cinco anos a pretensão de obter indenização.
- d) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor às relações entre acionistas investidores e a sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no mercado de valores mobiliários.
- e) O erro sistêmico grosseiro no carregamento de preços e a rápida comunicação ao consumidor não podem afastar a falha na prestação do serviço e o princípio da vinculação da oferta.



**24.** Marcela adquiriu um imóvel de 200m<sup>2</sup>, na planta, da construtora “Casa nova”. O apartamento foi entregue em 10/01/2018. Ocorre que Marcela observou que o tamanho final do imóvel ficou sendo 170m<sup>2</sup>. Além disso, o piso do apartamento foi feito com cerâmica, sendo que o contrato previa porcelanato. Diante desse cenário, em 10/06/2019, Marcela ajuizou ação de indenização por danos materiais contra a construtora. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) houve a decadência do direito de reclamar, já que o prazo máximo seria de 90 dias.
- b) houve a decadência do direito de reclamar, já que o prazo máximo seria de 30 dias.
- c) houve a prescrição do direito de reclamar, já que o prazo máximo seria de 90 dias.
- d) não houve a prescrição do direito de reclamar, já que o prazo máximo seria de 5 anos.
- e) não houve a prescrição do direito de reclamar, já que o prazo máximo seria de 10 anos.

**25.** Segundo o Código de Defesa do Consumidor, acerca do contrato de adesão, é correto afirmar que:

- a) o consumidor pode discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
- b) a inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.
- c) todas as cláusulas deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.
- d) admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor.
- e) é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pelo consumidor ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ricardo Torques

**26.** A internação é medida privativa de liberdade orientada pelos princípios da liberdade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que tal medida:

- a) não permite a realização de atividades externas.
- b) comporta prazo determinado a depender da gravidade do ato infracional praticado pelo adolescente.
- c) na falta de vagas em entidades exclusivas para adolescentes, a internação poderá ser cumprida em local destinado ao abrigo.
- d) em caso de descumprimento reiterado e injustificável de outra medida imposta anteriormente, o adolescente poderá ser internado pelo prazo máximo de 3 (três) meses.
- e) a autoridade judiciária não poderá suspender a visita dos pais ou responsável.

**27.** A Lei nº 13.441/2017 disciplinou a infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e adolescentes, prevendo que:

- a) a infiltração depende de autorização judicial, que estabelecerá os limites para a obtenção da prova, sem a oitiva prévia do Ministério Público.
- b) a infiltração dar-se-á por requerimento do Ministério Público ou representação do delegado de polícia, demonstrando a sua necessidade, o alcance das tarefas policiais, os nomes ou apelidos dos investigados.
- c) o prazo máximo será de 180 dias, sem prejuízo de eventuais renovações.
- d) compete exclusivamente à autoridade judicial requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes do término do prazo.
- e) antes da conclusão da operação, o acesso aos autos será restrito ao juiz e ao delegado de polícia responsável pela operação.

**28.** O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que será adotado o sistema recursal do Código de processo Civil com algumas adaptações. Com base no ECA, assinale a alternativa correta:

- a) os recursos serão interpostos independentemente de preparo e terão preferência de julgamento.
- b) em todos os recursos, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias.
- c) a autoridade judiciária deverá proferir despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de 10 (dez) dias, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior.
- d) mantida a decisão apelada ou agravada, o escrivão remeterá os autos ou o instrumento à instância dentro de 5 (cinco) dias, independentemente de novo pedido do recorrente.
- e) a sentença que destituir o poder familiar dos genitores é apelável e possui efeito devolutivo e suspensivo *ope legis*.

**29.** A Lei do Sinase estabelece regras quanto ao regime disciplinar aplicável pelas entidades de atendimento socioeducativo. Desse modo, pode-se afirmar que:

- a) A depender do grau de gravidade da infração praticada, o adolescente poderá ser punido sem o devido processo administrativo.
- b) Nos casos de infrações graves, a sanção poderá ter duração indeterminada.
- c) A falta disciplinar deverá ser apurada por comissão composta por três integrantes oriundos da equipe técnica.
- d) Ainda que a falta seja praticada por motivo de força maior, caberá a entidade de atendimento socioeducativo aplicar a sanção disciplinar ao socioeducando.
- e) O regime disciplinar independe da responsabilidade civil ou penal que advenha do ato cometido.

**30.** A Lei do Sinase prevê que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa que apresente indícios de transtorno mental, de deficiência mental, ou associadas, deverá ser avaliado por equipe técnica multidisciplinar e multissetorial. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) a avaliação realizada deverá ser incluída no PIA do adolescente, mas não há previsão de ações voltadas para a família.
- b) as informações produzidas na avaliação serão públicas em obediência ao princípio da publicidade.
- c) após ouvir o defensor e o Ministério Público, o juiz poderá suspender a execução da medida socioeducativa, com vistas a incluir o adolescente em programa de atenção integral à saúde mental.
- d) o juiz não poderá suspender a execução da medida socioeducativa mas, após seu término, poderá incluir o adolescente em programa de atenção integral à saúde mental que melhor atenda aos objetivos terapêuticos estabelecidos para o seu caso específico.
- e) a suspensão da execução da medida socioeducativa será avaliada, no mínimo, anualmente.

## **DIREITO PENAL**

Rodrigo Assumpção

**31.** A teoria que afirma que a tipicidade atua como indiciária da ilicitude é denominada como,

- a) teoria da ratio essendi
- b) teoria da ratio cognoscendi
- c) teoria dos elementos negativos do tipo
- d) teoria da autonomia
- e) teoria da representação

**32.** Assinale a alternativa correta, entre as seguintes assertivas relacionadas à teoria do crime:

- a) A falsa compreensão ou identificação da lei em relação à elementar do tipo penal configura erro de proibição.
- b) Os crimes culposos admitem tentativa.
- c) A culpa imprópria se refere à hipótese de ocorrência da discriminante putativa do erro evitável pelas circunstâncias.
- d) Para a teoria social da ação, esta é concebida como o exercício de uma atividade final dirigida concretamente a fato juridicamente relevante.
- e) Na aberratio criminis, havendo a produção de dois resultados, por contrariar a expressa disposição legal, não poderá ser aplicada a regra do cúmulo material benéfico.

**33.** Sobre o nexa de causalidade e os crimes omissivos, assinale a alternativa correta.

- a) As causas preexistentes e concomitantes absolutamente independentes não excluem a relação de causalidade.
- b) Os crimes omissivos próprios necessitam da ocorrência do resultado para sua configuração
- c) Os crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão possuem um tipo penal que descreve esta omissão.
- d) Somente as causas supervenientes relativamente independentes que não causam, por si só, o resultado, são capazes de romper o nexa de causalidade.
- e) São pressupostos fundamentais do crime omissivo impróprio o dever e o poder de agir, a evitabilidade e o dever de impedir o resultado.

**34.** Sobre a aplicação da pena, assinale a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) Na segunda fase de dosimetria da pena, a incidência de atenuante pode conduzir a pena abaixo do mínimo legal, levando em conta o princípio da individualização da pena.

b) No crime de roubo, a existência de duas ou mais causas de aumento de pena impõem a exasperação da pena tão somente em razão do número de majorantes existentes.

c) Não incide a atenuante prevista no art. 65, inciso III, “d”, do Código Penal, na chamada confissão qualificada, ainda que o magistrado utilize a confissão para fundamentar a sua conclusão pela condenação do réu.

d) É possível, na segunda fase da dosimetria, a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.

e) Nos casos de múltipla reincidência é possível a compensação integral entre a reincidência e a confissão.

**35.** Sobre a Lei nº 11.343/06, assinale a alternativa correta à luz da legislação e do entendimento dos tribunais superiores:

a) O tipo penal contido no art. 33 é classificado como misto cumulativo.

b) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a autoridade policial pode lavrar Termo Circunstanciado de Ocorrência e requisitar exames e perícias em caso de flagrante de uso ou posse de entorpecentes para consumo próprio, independentemente da presença da autoridade judicial.

c) Segundo expressa disposição legal, é inadmissível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos nos crimes previstos na Lei nº 11.343/06.

d) A utilização da reincidência como agravante genérica e circunstância que afasta a causa especial de diminuição de pena do crime de tráfico não caracteriza bis in idem.

e) Para a caracterização do crime de associação para o tráfico é prescindível o dolo de se associar com estabilidade e permanência.

**36.** Em fevereiro do ano de 2020, Calígula, mediante violência e grave ameaça, exercida com a utilização de uma arma de fogo de uso restrito, subtraiu coisa alheia móvel consistente em um aparelho celular pertencente à vítima Icarus. Neste contexto, Calígula praticou o crime de:

- a) Roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, cuja pena em abstrato é de 07 a 18 anos de reclusão e multa.
- b) Roubo circunstanciado pelo uso de arma de fogo de uso restrito ou proibido, cuja pena em abstrato é de 04 a 10 anos de reclusão, com aumento de 2/3 (dois terços).
- c) Roubo circunstanciado pelo uso de arma de fogo de uso restrito ou proibido, cuja pena em abstrato é de 04 a 10 anos de reclusão, com aumento de 1/3 (um terço) até metade.
- d) Roubo circunstanciado pelo uso de arma de fogo de uso restrito ou proibido, cuja pena em abstrato será aplicada em dobro.
- e) Roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, cuja pena em abstrato é de 07 a 18 anos de reclusão e multa.

**37.** Sobre os crimes previstos em legislação extravagante, assinale a opção correta:

- a) Os crimes de homicídio simples e estupro de vulnerável não se encontram no rol de crimes hediondos.
- b) Constitui crime de racismo a conduta de constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial.
- c) Constitui crime hediondo o crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- d) Quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica, submeter-se-á às penas do crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06).
- e) A utilização de motosserra, sem licença ou registro da autoridade competente, em área de plano de

manejo autorizado pelo IBAMA, não constitui crime, embora se trate de infração administrativa.

**38.** Assinale a alternativa correta, em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Para a configuração do crime previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93, é indispensável a comprovação do dolo específico do agente em causar dano ao erário, bem como do prejuízo à administração pública.
- b) O crime previsto no art. 90 da Lei nº 8.666/93 é material, exigindo prejuízo ao erário.
- c) Para a configuração dos crimes contra a honra é prescindível a demonstração do dolo específico e deliberado de ofender a honra alheia.
- d) O simples fato de possuir ou portar munição não caracteriza os delitos previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei nº 10.826/03.
- e) Os delitos tipificados no art. 1º, I a IV, da Lei n. 8.137/90 são formais, e, portanto, não dependem, para sua consumação, da efetiva ocorrência do resultado.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Leonardo Tavares

**39.** De acordo com o disposto no Código de Processo Penal, a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz, de ofício:

- a) negar a realização de exame de corpo de delito, quando desnecessário ao esclarecimento da verdade.
- b) ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- c) determinar, no curso da instrução, até antes das alegações finais, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- d) indeferir pergunta realizada a testemunha, sempre que verificada a repetição de pergunta já feita a outra.
- e) inverter o ônus da prova em favor do réu, quando verificada a existências das circunstâncias autorizadas.

**40.** Julgue os itens a seguir, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

I – Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo.

II – É absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

III – É relativa a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.

IV – É nulo o julgamento ulterior pelo júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo.

Está correto o que se afirma nas assertivas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) I, II, III e IV.

**41.** A respeito da competência no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- c) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- d) No concurso entre a competência do júri e a da Justiça Militar, prevalecerá sempre a competência do júri.
- e) No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta.

**42.** O juiz, ao proferir sentença condenatória:

- a) não poderá reconhecer agravantes não alegadas pelo Ministério Público.
- b) fixará valor mínimo e máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.
- c) mandará colocar o réu em liberdade.
- d) ordenará a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
- e) mencionará as circunstâncias judiciais apuradas que devam ser levadas em conta na aplicação da pena.

**43.** Em relação ao procedimento do Tribunal do Júri, marque a alternativa correta.

- a) para proferir a decisão de pronúncia, o juiz deve estar convencido da materialidade do fato e da prova cabal da autoria.
- b) no ordenamento jurídico brasileiro não é cabível o princípio *in dubio pro societate* no momento da decisão de pronúncia, inexistindo posição doutrinária ou jurisprudencial a respeito da sua aplicabilidade.
- c) a fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.
- d) a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri independe da audiência da defesa.
- e) quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime não afeto à competência do Tribunal do Júri e não for competente para o julgamento, deverá intimar o acusado para informar se concorda com a desclassificação.

**44.** De acordo com o Código de Processo Penal, a respeito dos recursos, é correto afirmar:

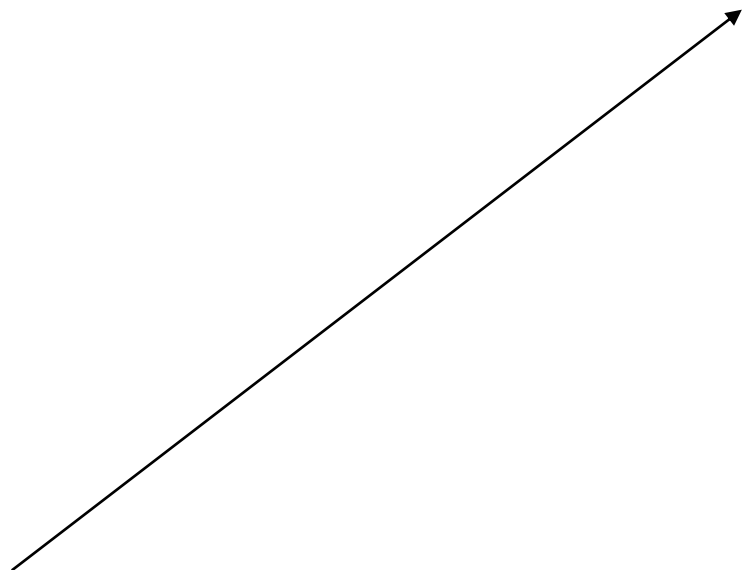
- a) se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, necessariamente mandará adequá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.
- b) deverá ser interposto recurso de ofício, pelo juiz, da sentença que conceder ou negar *habeas corpus*, ou que absolver o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena.
- c) em regra, a apelação de sentença condenatória não terá efeito suspensivo.
- d) após a apresentação de contrarrazões ao recurso em sentido estrito, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho.
- e) o Ministério Público, demonstrando justa causa, poderá desistir de recurso que haja interposto.

**45.** Em relação aos princípios informadores do Direito Processual Penal, assinale a alternativa correta.

- a) em todo processo penal o acusado deverá ser representado por advogado habilitado, salvo a renúncia pelo réu a esse direito, caso em que será desnecessária a nomeação de defensor.
- b) a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, poderá ser exercida através de manifestação fundamentada ou apresentação de negativa geral.
- c) constitui violação à ampla defesa a recusa, por parte do acusado, ao comparecimento em audiência.
- d) o princípio da ampla defesa, apesar de não possuir previsão constitucional ou legal, deve ser observado em todas as fases do processo, tratando-se de direito subjetivo do acusado.
- e) a ampla defesa abrange o direito de o acusado estar presente em audiência, salvo impedimento em razão de causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento.

**46.** Considere as alternativas a seguir a respeito das medidas cautelares e marque a assertiva correta, considerando as alterações promovidas no Código de Processo Penal por meio da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime).

- a) no curso do processo, as medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes.
- b) ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, e os casos de urgência ou de perigo deverão ser justificados e fundamentados em decisão que contenha elementos do caso concreto que justifiquem essa medida excepcional.
- c) somente a requerimento das partes é que o juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- d) dada sua natureza de caução, não é possível a cumulação da fiança com outras medidas cautelares.
- e) a prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não tenha cometido crime com pena máxima cominada superior a 8 (oito anos) e não tenha o crime sido cometido contra seu filho ou dependente.



**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

Ivan Marques

**47.** Quanto ao procedimento judicial da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), indique a alternativa INCORRETA:

- a) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á, sucessivamente, o prazo de 5 (cinco) dias a cada parte para alegações finais.
- b) Da sentença cabe apelação, interponível no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) Recebida a denúncia e citado o réu, terá este o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa escrita, contado da data do seu interrogatório, podendo juntar documentos, arrolar as testemunhas que tiver, em número não superior a 5 (cinco), e indicar as demais provas que pretenda produzir.
- d) Na defesa escrita, não poderá a defesa requerer a absolvição, ficando esse pedido para as alegações finais, após a audiência.
- e) Será admitida ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for ajuizada no prazo legal.

**48.** São crimes que se configuram durante a investigação e a obtenção de provas, previstos na Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), EXCETO:

- a) Quem, de forma indevida, se apossa, propala, divulga ou faz uso dos dados cadastrais de que trata esta Lei.
- b) Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas.
- c) Descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes.
- d) Revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador, sem sua prévia autorização por escrito.

e) Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa.

**49.** No que se refere às leis penais especiais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os crimes definidos na lei de licitações podem sujeitar os seus autores, quando servidores públicos, às sanções penais e à perda do cargo, do emprego, da função ou do mandato eletivo, mas, apenas, se os delitos, de fato, se consumarem.
- b) O ato de se apropriar de bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso será punido independentemente da posse ou detenção prévia nos termos do estatuto do idoso.
- c) Abrir alguém, no exercício de profissão de serralheiro ou ofício análogo, a pedido ou por incumbência de pessoa de cuja legitimidade não se tenha certificado previamente, fechadura ou qualquer outro aparelho destinado à defesa de lugar ou objeto.
- d) A chamada propaganda enganosa, ou seja, a afirmação falsa ou enganosa sobre natureza, característica ou qualidade de produto ou serviço nas relações de consumo, pode gerar indenização por danos morais, mas não constitui infração penal.
- e) O Estatuto do Índio, ao preceituar sobre as disposições penais, trata de diversas situações de crimes praticados contra os índios, mas não dispõe sobre qualquer benesse em caso de crime praticado por índio.

**50.** De acordo com a Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente assinale a alternativa correta.

- a) A suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a 3 (três) anos.
- b) Não há previsão expressa de desconsideração da personalidade jurídica de empresas que praticam crimes ambientais.
- c) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é causa excludente de culpabilidade.

- d) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos, valor esse não deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.
- e) Não é crime o abate de animal em razão de seu caráter nocivo, a critério do Magistrado.
- 51.** A Lei Ordinária nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 dispõe sobre os Crimes Falimentares, sobre os quais é CORRETO afirmar:
- a) Os únicos efeitos decorrentes da condenação transitada em julgado de crimes previstos na Lei Ordinária nº. 11.101/2005 são: a inabilitação para o exercício de atividade empresarial e o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas à Lei de Falências e Recuperação de Empresas.
- b) A prescrição dos crimes previstos nesta Lei rege-se pelas disposições do Código Penal, começando a correr do dia da consumação do crime falimentar.
- c) A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial é condição objetiva de procedibilidade das infrações penais falimentares.
- d) Na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial de sociedades, os seus sócios, diretores, gerentes, administradores e conselheiros, de fato ou de direito, bem como o administrador judicial, não se equiparam ao devedor ou falido para todos os efeitos penais decorrentes desta Lei.
- e) Transitada em julgado a sentença penal condenatória, será notificado o Registro Público de Empresas para que tome as medidas necessárias para impedir novo registro em nome dos inabilitados.
- 52.** A respeito da lei de lavagem e ocultação de bens e capitais, indique a alternativa INCORRETA:
- a) O processo e julgamento dos crimes previstos nesta lei independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país.
- b) O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes.
- c) A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.
- d) São da competência da Justiça Federal quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.
- e) Existe agravante específica para a hipótese do delito de lavagem ser praticado por intermédio de organização criminosa.
- 53.** Assinale a alternativa que contempla um tipo penal previsto na Lei de Recuperação de Empresas e Falência – Lei n. 11.101/2005):
- a) Gestão fraudulenta da empresa.
- b) Lavagem de bens empresariais.
- c) Contabilidade paralela.
- d) Violação de sigilo funcional.
- e) Fraude a credores.
- 54.** Em relação aos crimes hediondos, qual das alternativas abaixo não apresenta um crime de roubo que seja hediondo:
- a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima.
- b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito.
- c) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.
- d) qualificado pelo resultado lesão corporal.
- e) qualificado pelo resultado morte.



**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Jean Vilbert

**55.** O desenvolvimento jusfilosófico apresenta três concepções principais. Quanto a elas assinale a alternativa correta:

- a) Segundo entende o não-positivismo inclusivo, apenas quando o direito for intoleravelmente injusto é que perderá a validade jurídica.
- b) No positivismo, há uma dualidade entre direito positivo (humano) e direito natural (divino ou racional).
- c) positivismo inclusivo exclui qualquer possibilidade de se incorporar argumentos morais ao direito. Ao passo que o positivismo exclusivo admite a incorporação de argumentos morais de forma contingente.
- d) Pela tese fraca do pós-positivismo, os defeitos morais sempre devem ter como efeito a perda da validade jurídica.
- e) Os positivistas rechaçam a insularidade da ciência jurídica.

**56.** Quanto aos mecanismos de reforma e de revisão da Constituição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- b) A proposta de Emenda à Constituição será discutida e votada em sessão unicameral do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.
- d) A emenda à Constituição é promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem interferência do Presidente da República.
- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a alterar o sistema de governo.

**57.** Sobre a processo de elaboração da Constituição de 1988 é CORRETO afirmar:

- a) O Congresso Nacional eleito em 1986 serviu de Assembleia Constituinte.
- b) A Assembleia Nacional constituinte originou-se de uma ruptura constitucional não beligerante, consistente em um acordo entre civis e militares, o que resultou em uma convocação pública conjunta, uma carta aberta lida em rede nacional de televisão.
- c) O texto constitucional-base, que viria a ser aperfeiçoado e aprovado, foi elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, formada por cinquenta membros, os chamados “notáveis”.
- d) O texto constitucional, em segunda votação, no histórico dia 22 de setembro de 1987, foi aclamado por unanimidade.
- e) Apesar de aberta a contribuições populares, a comissão responsável pela elaboração do texto recebeu poucas propostas da sociedade civil, o que ajudou a manter a coesão do texto elabora com tecnicidade.

**58.** São características dos direitos fundamentais, exceto:

- a) Ilimitabilidade.
- b) Historicidade.
- c) Indivisibilidade
- d) Concorrência.
- e) Inalienabilidade

**59.** No que se refere ao processo de mutação constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se de processo formal de alteração da Constituição.
- b) A mutação depende de um procedimento específico e dificultoso, previsto na Constituição.
- c) Opera de maneira livre, ainda que o suporte em primeira análise não comporte a interpretação pretendida.
- d) Tem-se na espécie alteração do sentido do texto, em razão de contexto sócio-jurídico, por isso dentro da semântica.
- e) A mutação é um modo de alterar os princípios estruturantes do texto constitucional.

**60.** Tem legitimidade para promover Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF:

- a) O Vice-presidente da República
- b) 1/3 dos Membros da Câmara ou do Senado.
- c) O Advogado Geral da União.
- d) Mesas das Assembleias Legislativas.
- e) Prefeito.

**61.** É admitida a edição de Medidas Provisórias sobre:

- a) direito processual civil.
- b) matéria já disciplinada em projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.
- c) plano plurianual.
- d) carreira do Ministério Público.
- e) direito eleitoral.

**62.** NÃO faz parte da composição do CNJ:

- a) Ministro indicado pelo STF.
- b) Juiz estadual de 1º grau.
- c) Ministro indicado pelo STJ.
- d) Membro do Ministério Público Estadual.
- e) Ministro indicado pelo TST.

**63.** Sobre o modelo parlamentarista, marque a opção CORRETA:

- a) As funções de chefe de Estado e de governo são exercidas por uma só pessoa.
- b) O poder executivo goza de independência em relação ao Parlamento.
- c) A rigor, não há mandato fixo, permanecendo no poder o chefe de governo enquanto prevalecer o apoio do Parlamento.
- d) Surge nos Estados Unidos, no século XIX.
- e) A chefia de governo pode ser exercida pelo rei ou o presidente, ao passo que a chefia de Estado recai ao primeiro ministro.

**64.** Sobre a recepção de normas no direito brasileiro:

a) A incompatibilidade formal superveniente é prejudicial ao fenômeno da recepção.

b) Tecnicamente, o processo de não recepção é uma declaração implícita de inconstitucionalidade, com os mesmos efeitos.

c) A recepção não é obstada pela incompatibilidade formal relacionada à competência dos entes federativos.

d) As leis infraconstitucionais anteriores, que eram incompatíveis com a Constituição da época de sua criação, poderão ser recepcionadas se compatíveis com a nova Constituição.

e) A recepção observa apenas o aspecto material da norma, como regra não o formal.

## DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

**65.** Sobre os juízes eleitorais é correto afirmar que:

a) são órgãos da justiça eleitoral, organizados em carreira, cujo ingresso se dará no cargo inicial de juiz substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

b) são órgãos da justiça eleitoral, mas não há um quadro próprio e exclusivo de juízes eleitorais, sendo a judicatura eleitoral em primeiro grau exercida por juízes federais.

c) são órgãos da justiça eleitoral, mas não há um quadro próprio e exclusivo de juízes eleitorais, sendo a judicatura eleitoral em primeiro grau exercida por juízes estaduais de primeiro grau.

d) compete aos juízes eleitorais julgar o registro de diretório municipal de partido político.

e) compete aos juízes eleitorais expedir diploma aos eleitos para os cargos municipais.

**66.** Acerca das condições de elegibilidade, é correto afirmar que:

- a) O direito de sufrágio ativo não é pressuposto do direito de sufrágio passivo.
- b) Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o conceito de domicílio eleitoral é correlato ao conceito de domicílio civil.
- c) Para concorrer às eleições o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, 1 ano antes do pleito e estar com a filiação partidária definida pelo partido no mesmo prazo.
- d) A idade mínima exigida dos candidatos a Senador, Governador e Vice-Governador é 30 anos.
- e) nos processos de registro de candidatura, o juiz eleitoral pode conhecer de ofício da existência de causas de inelegibilidade ou da ausência de condição de elegibilidade, desde que resguardados o contraditório e a ampla defesa.

**67.** Acerca do direito de candidatura do Chefe do Poder Executivo, é correto afirmar que:

- a) É vedado o exercício do mandato de Chefe do Poder Executivo em três períodos, ainda que alternados.
- b) A possibilidade de reeleição do Chefe do Poder Executivo estava prevista no texto originário da Constituição.
- c) Admite-se o exercício do mandato de Prefeito por 3 períodos consecutivos, desde que em Municípios diversos, sendo o caso típico do *prefeito profissional*.
- d) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito
- e) Se o Governador do Estado pretender se candidatar ao Senado Federal não precisará renunciar ao mandato de Governador, podendo permanecer no cargo durante todo o período eleitoral.

**68.** Identificada fraude na cota de gênero no registro de candidatura para as eleições proporcionais, em virtude de candidaturas femininas “de fachada”, deve o órgão competente da justiça eleitoral:

- a) Cassar o registro/diploma de todos os candidatos registrados pelo partido e pronunciar a inelegibilidade de todos os candidatos registrados pelo partido.
- b) Cassar o registro/diploma apenas das candidatas femininas fraudulentas e pronunciar a inelegibilidade apenas dessas candidatas.
- c) Cassar o registro/diploma apenas das candidatas femininas fraudulentas e pronunciar a inelegibilidade de todos os candidatos registrados pelo partido.
- d) Cassar o registro/diploma de todos os candidatos registrados pelo partido e pronunciar a inelegibilidade apenas dos candidatos que tiverem cometido, praticado ou anuído com a fraude.
- e) Cassar o registro/diploma apenas das candidatas femininas fraudulentas e não pronunciar a inelegibilidade de nenhum candidato.

**69.** Acerca do uso de recursos financeiros em período pré-eleitoral, é incorreto afirmar:

- a) Considera-se período pré-eleitoral, ou período de pré-campanha, o período que antecede o período eleitoral propriamente dito (ou período eleitoral em sentido estrito), que é o período no qual é admitida a realização de campanha eleitoral, a realização de atos de propaganda eleitoral.
- b) A legislação eleitoral não contempla, detalhadamente, um regramento para o uso de recursos financeiros no período pré-eleitoral.
- c) A legislação eleitoral proíbe, expressamente, a utilização de recursos financeiros recebidos de pessoa jurídica para custear atos de pré-campanha eleitoral.
- d) O uso excessivo de recursos financeiros durante o período pré-eleitoral pode configurar abuso de poder econômico.
- e) Gastos com pré-campanha não podem ultrapassar o limite do razoável, sobe pena de configurar abuso de poder econômico e ocasionar a cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado.

70. Sobre a criação e registro de partidos políticos é incorreto afirmar que:

- a) O requerimento de registro do partido político deve ser dirigido a um cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídica situado no local da sede da agremiação partidária
- b) Devidamente registrado no cartório civil, o partido adquire personalidade jurídica, passando a existir enquanto pessoa jurídica, mas ainda não goza dos benefícios constitucionais e legais outorgados aos partidos políticos, o que somente ocorrerá após o registro eleitoral.
- c) O registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral é condição para que o partido possa participar do processo eleitoral, receber recursos do fundo partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- d) Somente é admitido o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral do partido que comprove ter apoio de um percentual de eleitores definido em lei, sendo que os eleitores que apoiam a criação do novo partido podem ser filiados a partido político.
- e) A prova do apoio de eleitores para fins de criação de partido político pode ser feita mediante assinatura eletrônica, mas desde que haja prévia regulamentação pelo próprio TSE.

## DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. No que concerne à teoria da empresa e ao direito do empresário, assinale a opção correta.

- a) O empresário casado pode alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, independentemente da outorga do cônjuge, qualquer que seja o regime de bens.
- b) Define-se empresa como qualquer organização cuja finalidade seja o exercício profissional de atividade econômica, incluindo-se trabalhos de natureza intelectual, científica, literária ou artística.
- c) A tripartição das atividades empresariais em industriais, comerciais e agrícolas amplia o conceito de empresa, e a falta de homogeneidade das diferentes atividades não impede a comparação entre elas.

d) As associações, diferentemente das sociedades, são embasadas exclusivamente no exercício profissional.

e) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário pode regularizar a sua situação perante a junta comercial.

72. De acordo com o Código Civil, o exercício da atividade empresarial por pessoa legalmente impedida

- a) implica a nulidade dos atos praticados.
- b) implica a anulabilidade dos atos praticados.
- c) resulta no dever de responder pelas obrigações contraídas.
- d) consiste em crime contra a fé pública.
- e) consiste em crime contra a administração da justiça.

73. Assinale a opção correta com relação a estabelecimento comercial.

- a) Caso o locatário, no momento da propositura da ação renovatória, apresente valor locativo compatível com o valor de mercado, o locador deverá renovar a locação, ainda que ele receba proposta mais vantajosa de terceiro.
- b) A locação empresarial submete-se ao regime jurídico da renovação compulsória, de acordo com o qual a locação deve ser contratada por tempo determinado de, no mínimo, cinco anos, admitida a soma dos prazos de contratos escritos, sucessivamente renovados, podendo esse cálculo ser feito pelo sucessor ou cessionário do locatário.
- c) Não havendo previsão contratual, o adquirente de estabelecimento pode usar o nome do alienante, precedido do seu próprio, com qualificação de sucessor, por ato entre vivos.
- d) A cessão de créditos referentes a estabelecimento transferido não produz efeitos em relação aos devedores.
- e) O estabelecimento comercial compõe o patrimônio do empresário, que possui livre disponibilidade para aliená-lo, sem a necessidade de concordância dos credores.

**74.** Os sócios majoritários da empresa mercantil X, detentores de 80% do capital dessa empresa, pretendem levar à junta comercial do respectivo estado certos documentos da empresa X para arquivamento.

Nessa situação hipotética, em conformidade com a Lei de Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins, a junta comercial poderá promover o arquivamento

- a) da prorrogação do contrato social, depois de findo o prazo nele fixado.
- b) dos documentos que obedecerem às prescrições legais, mesmo que eles contenham matéria contrária aos interesses dos sócios minoritários.
- c) dos documentos de alteração contratual da empresa, ainda que neles figure como titular pessoa que esteja condenada pela prática de crime cuja pena vede o acesso à atividade mercantil.
- d) dos atos constitutivos da empresa que não designem o respectivo capital.
- e) dos atos constitutivos da empresa que não contenham declaração precisa de seu objeto.

**75.** Três pessoas uniram-se e passaram a desenvolver atividade econômica informal — venda de camisetas com pinturas exclusivas. Uma passou a cuidar das compras e administração (o administrador), outra, das pinturas (o artista) e a outra, das vendas (o vendedor). O negócio cresceu e, após o vendedor dar expressamente sua aceitação a determinada encomenda, não foi possível cumprir os prazos estipulados para a entrega. O comprador, então, decidiu ajuizar ação para reaver os prejuízos. Com base nessa situação, é correto afirmar que a responsabilidade cabe

- a) aos três, pois são solidários no negócio.
- b) ao administrador e ao vendedor, em razão das funções que cada um exerce no negócio.
- c) à pessoa jurídica que representar a sociedade.
- d) ao vendedor, pois foi ele quem assinou a aceitação da encomenda.
- e) ao administrador, pois ele é o gestor do negócio.

**76.** Na criação de certa sociedade por ações de capital fechado, o estatuto pode estabelecer que a empresa tenha ações ordinárias e preferenciais. Suas ações ordinárias podem, por sua vez, estar distribuídas em classes, criadas em razão de alguns critérios. Nesse caso, os critérios válidos para a criação de ações ordinárias na empresa incluem a

- a) prioridade no reembolso do capital e a conversibilidade em ações preferenciais.
- b) prioridade na distribuição de dividendos e o direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.
- c) exigência de nacionalidade brasileira do acionista e a prioridade no reembolso do capital.
- d) conversibilidade em ações preferenciais e a exigência de nacionalidade brasileira do acionista.
- e) prioridade na distribuição de dividendos e a conversibilidade em ações preferenciais.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério da Cunha

**77.** De acordo com os julgamentos do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, assinale a opção correta:

- a) Prescinde de lei em sentido formal a instituição de regime de recolhimento do ICMS por estimativa.
- b) É inconstitucional a incidência do ISS sobre a prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
- c) São constitucionais a instituição e a cobrança de taxas por emissão ou remessa de carnês/guias de recolhimento de tributos.
- d) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- e) Não incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado.

**78.** Acerca do contencioso judicial tributário, assinale a opção correta:

- a) Não é cabível mandado de segurança contra sentença de primeira instância proferida em execução fiscal de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN (Lei 6.830/81, art. 34).
- b) A citação válida, salvo quando realizada por edital, tem o condão de interromper o fluxo do prazo prescricional.
- c) Em ações de execução fiscal, é possível indeferir a petição inicial sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica) da parte executada.
- d) É admissível exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA.
- e) Em execução fiscal é necessária a apresentação do demonstrativo de cálculo pela Fazenda Pública.

**79.** Dispõe o art. 199 do CTN: “Art. 199. A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.” A aprovação de convênios dispendo sobre isenções ou benefícios fiscais de ICMS depende de aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária pelo seguinte quórum:

- a) Unanimidade dos presentes
- b) Maioria Absoluta dos membros
- c) Maioria simples dos presentes
- d) dois terços (2/3) dos membros
- e) quatro quintos (4/5) dos presentes.

**80.** Sobre os institutos da responsabilidade tributária, Imposto sobre propriedade territorial urbana e Taxas, assinale a opção INCORRETA:

- a) A remessa do carnê de pagamento do IPTU ao endereço do contribuinte é ato suficiente para a notificação do lançamento tributário.

b) Tanto o promitente comprador do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU;

c) Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará pelo prazo máximo de 6 (seis) meses.

d) A solidariedade tributária não comporta benefício de ordem.

e) O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

**81.** Acerca da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o regime jurídico do Imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS) julgue as opções abaixo:

I- A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

II- Tanto o promitente comprador do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.

III- Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU

IV- As operadoras de planos privados de assistência à saúde (plano de saúde e seguro-saúde) realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CRFB/88;

Estão corretos:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) todas estão corretas

82. De acordo com o Código Tributário Nacional, são causas de suspensão do crédito tributário:

- a) O pagamento, a transação e a conversão de depósito em renda.
- b) prescrição e a decadência.
- c) A moratória e as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- d) A decisão judicial passada em julgado e a transação.
- e) A isenção e a anistia.

83. Sobre obrigação tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- c) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- d) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal; e as pessoas expressamente designadas por lei.
- e) a interrupção operada contra o codevedor, não prejudica aos demais coobrigados.

## DIREITO AMBIENTAL

Rodrigo Assumpção

84. São princípios norteadores do zoneamento ambiental expressos no Decreto 4.297/2002, exceto:

- a) Função socioambiental da propriedade.
- b) Poluidor-pagador.
- c) Acesso equitativo.
- d) Ecodesenvolvimento.

e) Participação informada.

85. A empresa A, situada no Estado B, tem como objetivo desenvolver a atividade de exploração econômica de madeira, em área de 150 hectares, tendo solicitado a concessão de licença ambiental. A empresa A solicitou a dispensa da realização de Estudo de Impacto Ambiental – EIA, alegando que a Constituição Estadual estabelece que o EIA não será realizado caso a área de desenvolvimento da atividade esteja inserida em área com o triplo da sua extensão, o que ocorre no caso específico. O Ministério Público interveio no processo de licenciamento, solicitando a realização do EIA e sua submissão à Assembleia Legislativa, conforme previsto também na Constituição Estadual. Solicitou, ainda, a realização de audiência pública.

Com base na narrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A realização do EIA neste caso é obrigatória, sendo inconstitucional a exceção estabelecida pela Constituição Estadual bem como a obrigatoriedade de submissão do EIA à Assembleia Legislativa. A audiência pública deverá ser realizada, sob pena de nulidade da licença.
- b) A realização do EIA neste caso não é obrigatória, haja vista ser constitucional a exceção estabelecida pela Constituição Estadual. Assim, é também desnecessária a realização da audiência pública.
- c) A realização do EIA neste caso é obrigatória, sendo inconstitucional a exceção estabelecida pela Constituição Estadual. Contudo, o EIA deverá ser submetido à Assembleia Legislativa e, após, deverá ser realizada a audiência pública, sob pena de nulidade da licença.
- d) A realização do EIA neste caso é obrigatória, sendo inconstitucional apenas a obrigatoriedade de submissão do EIA à Assembleia Legislativa. A audiência pública somente deverá ser realizada caso a autoridade licenciante entenda ser necessário.
- e) A realização do EIA neste caso é obrigatória, sendo inconstitucional a exceção estabelecida pela Constituição Estadual. Contudo, o EIA deverá ser submetido à Assembleia Legislativa, sendo desnecessária a realização de audiência pública.

**86.** De acordo com a Lei nº 9.605/98, não constitui sanção administrativa ambiental:

- a) Demolição de obra.
- b) Perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
- c) Liquidação forçada da pessoa jurídica.
- d) Proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.
- e) Cancelamento de registro, licença ou autorização.

**87.** No que diz respeito à competência material ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) É competência comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano.
- b) É competência exclusiva da União fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais, ainda que situados em território estadual.
- c) A proteção dos sítios arqueológicos é competência exclusiva da União.
- d) É competência exclusiva da União instituir diretrizes referentes ao saneamento básico.
- e) É competência comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, instituir diretrizes para o controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo urbano.

**88.** Em relação à responsabilidade civil ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) A Administração Pública também poderá ser considerada poluidora direta ou indireta, se submetendo à responsabilidade civil objetiva em caso de ação ou omissão que cause degradação ambiental.
- b) Degradação ambiental e poluição são sinônimas, denominando qualquer alteração adversa das características do meio ambiente.
- c) O direito ambiental adota a teoria da equivalência das condições causais, no que se refere ao poluidor direto.

d) Somente é possível o reconhecimento da responsabilidade civil ambiental em caso de poluição ilícita, ou seja, não licenciada.

e) As entidades e órgãos oficiais que concederem crédito para a instalação ou exercício de atividade que causar degradação ambiental poderão ser considerados poluidores indiretos.

**89.** Considere as afirmativas a seguir.

I - O Ministério do Meio Ambiente é o órgão superior do SISNAMA, com a função de formular a política nacional e as diretrizes do meio ambiente.

II - O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA, sendo de sua competência estudar e propor ao Governo Federal diretrizes de políticas compatíveis com o meio ambiente.

III - O IBAMA é o órgão central do SISNAMA, possuindo a atribuição do exercício do poder de polícia ambiental nos âmbitos federal e estadual. Quanto ao poder de polícia no âmbito municipal, este é exercido pelos órgãos locais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas uma alternativa está correta.
- b) Apenas duas alternativas estão corretas.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.
- e) Nenhuma afirmativa está correta.

**90.** Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) assinale a alternativa correta:

- a) Os parques nacionais compõem o grupo das unidades de uso sustentável.
- b) As unidades de proteção integral não admitem qualquer tipo de uso dos recursos naturais.
- c) Nas áreas de Conservação de Uso Indireto, é permitida a exploração dos recursos naturais.
- d) O objetivo básico das Unidades de Conservação de Proteção Integral é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.
- e) O refúgio da vida silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde sejam asseguradas condições para a existência ou reprodução de



espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Bruno Betti

**91.** De acordo com a doutrina administrativa e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, marque a alternativa correta:

- a) A centralização é o fenômeno pelo qual o Estado executa suas tarefas diretamente, ou seja, por intermédio dos inúmeros órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura funcional.
- b) A desconcentração é o fenômeno pelo qual o Estado executa suas tarefas de forma indireta, isto é, delega suas atividades a outras entidades.
- c) É inconstitucional lei estadual que prevê que os dirigentes de determinada agência reguladora somente poderão ser nomeados após previamente aprovados pela Assembleia Legislativa
- d) As agências executivas são autarquias, fundações públicas ou empresas públicas que tenha cumprido os seguintes requisitos: I – ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e II – ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor.
- e) a Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

**92.** Sobre as agências reguladoras, marque a alternativa incorreta:

- a) As agências terão como órgão máximo o Conselho Diretor ou a Diretoria Colegiada, que será composto de até 4 (quatro) Conselheiros ou Diretores e 1 (um) Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral.
- b) É vedada a indicação para o Conselho Diretor ou a Diretoria Colegiada de Agência Reguladora de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal, dirigente estatutário de partido político e titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados dos cargos

c) Os membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada ficam impedidos de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por período de 6 (seis) meses, contados da exoneração ou do término de seu mandato, assegurada a remuneração compensatória.

d) Os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.

e) Incorre na prática de crime de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-dirigente que violar o período de quarentena, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, administrativas e civis.

**93.** Acerca da desapropriação e dos entendimentos do STJ sobre o tema, marque a assertiva incorreta:

- a) Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.
- b) Os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente.
- c) A invasão do imóvel é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.
- d) A ação de desapropriação indireta prescreve em vinte anos.
- e) A ação de desapropriação indireta possui natureza real.

**94.** A cassação do ato administrativo é:

- a) a retirada do ato administrativo em razão de norma jurídica (lei) que tornou inadmissível a situação antes permitida pelo direito e pelo ato precedente
- b) a retirada do ato administrativo em razão da edição de um outro ato administrativo com efeitos contrários ao editado anteriormente.
- c) a retirada do ato ilegal, seja por ter violado lei, seja por ter violado princípio
- d) uma espécie de retirada pela qual o destinatário do ato administrativo deixou de cumprir algum requisito estabelecido em lei necessário para que haja a prática do ato administrativo

e) a retirada do ato legal, por motivos de conveniência ou oportunidade.

**95.** Ainda, sobre as súmulas vinculantes do STF, marque a assertiva incorreta:

- a) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- b) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- c) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público
- d) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
- e) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo

**96.** De acordo com a Lei que regula os consórcios públicos, julgue os itens a seguir:

I – A União poderá celebrar convênio com consórcio público constituído por municípios para viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas na área da educação fundamental.

II – A União somente poderá celebrar consórcio público com município, se o Estado onde se localiza o município fizer parte do consórcio

III – O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

- a) Todos os itens estão errados
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está errado
- d) Todos os itens estão corretos

e) O item II e III estão errados.

**97.** Julgue os itens a seguir:

I – Nos processos administrativos disciplinares, o uso de prova emprestada, ainda que haja autorização do juízo competente, é vedado em razão do direito de proteção à intimidade previsto na Constituição Federal de 1988.

II – A ação principal relativa a procedimento administrativo que apure a prática de ato de improbidade terá o rito ordinário e será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro do prazo de sessenta dias no caso de efetivação de medida cautelar.

III – Servidor público que receber quantia em dinheiro para deixar de tomar providência a que seria obrigado em razão do cargo que ocupa estará sujeito, entre outras sanções, à suspensão dos seus direitos políticos por um período de três a cinco anos.

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Todos os itens estão corretos.
- c) O item I está errado, apenas.
- d) O item III está correto
- e) Os itens I e II estão corretos.

**98.** De acordo com a Lei 8.666/93, marque a alternativa correta:

a) A concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

b) A Tomada de preço é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

c) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme

critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

d) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da apresentação das propostas.

e) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

**99.** Ainda de acordo com a Lei 8.666/93, é dispensável a licitação:

a) quando a União e os Estados tiverem que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento

b) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, independente de avaliação prévia.

c) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

d) na contratação de associação de portadores de deficiência física, com ou sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado

e) para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão ou não.

**100.** Quanto à intervenção do Estado na propriedade, marque a alternativa incorreta:

a) A servidão administrativa é, via de regra, permanente e constitui direito real sobre a propriedade alheia em favor da Administração Pública.

b) Na requisição administrativa, o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente.

c) O tombamento só alcança bens imóveis, podendo ser voluntário ou compulsório.

d) Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

e) Todos os entes federados têm competência para legislar e para executar o tombamento.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJPE-09-08-20>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---